



CARTILHA DE ORIENTAÇÕES ÀS REDES OFERTANTES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

*Ferramentas para mapeamento de
demanda por educação profissional*

Ministério da Educação

Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social de
Minas Gerais

Governo Federal
Ministério da Educação

Ministro de Estado da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos

**Diretor de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional
e Tecnológica**
Sérgio Ricardo Calderini Rosa

Gerência de Projetos I
Tassiana Cunha Carvalho
Cristina Thomas de Ross de Matos

Janeiro de 2021

Governo de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Subsecretário de Trabalho e Emprego
Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

Superintendente de Educação Profissionalizante
Dalton Soares de Figueiredo

Diretor de Articulação e Planejamento da Educação Profissional
Gilmar Álvares Cota Junior

Diretoria de Articulação e Planejamento da Educação Profissional
Camila da Cunha Souza Amaral
Henrique Tângari Silva
Juliana Estanislau Cançado
Maria Clara de Paula Ribeiro Tarabal
Thiago Cordeiro Almeida

Janeiro de 2021

DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Apresentação	4
1 Dados socioeconômicos e do mercado de trabalho formal	6
1.1 Mapas de demanda por qualificação profissional MEC-SEDESE/MG	7
1.2 Plataforma SmartLab	7
1.3 Portal Cidades@	8
1.4 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil	8
1.5 Estudos socioeconômicos de estados/municípios	8
1.6 Observatórios do Trabalho	10
1.7 Produto Interno Bruto dos Municípios	11
1.8 Arranjos Produtivos Locais	11
1.9 Pesquisa Regiões de Influência das Cidades	12
1.10 Estudos e pesquisas sobre setores econômicos específicos	13
2 Dados e informações sobre o mercado de trabalho informal	16
2.1 Fontes de informação sobre os empreendedores brasileiros	18
2.2 Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019	19
2.3 Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo	19
2.4 PNAD Contínua e PNAD Covid	20
2.5 Informações sobre atividades agropecuárias	21
2.6 Economia informal: um estudo na região noroeste fluminense	22
3 Mecanismos de escuta dos principais atores da Educação Profissional e Tecnológica	23
3.1 Realização de visitas e reuniões com gestores	24
3.2 Pesquisa direta com os municípios	25
3.3 Escuta dos estudantes	25
3.4 Pesquisas qualitativas com grupos focais	26
4 Levantamento de investimentos previstos ou em andamento	27
4.1 Rede Nacional de Informações sobre o Investimento	28
4.2 Informações sobre licenciamentos ambientais	28
4.3 Informações sobre Protocolos de Intenções	30
5 Análise de ofertas anteriores em curso	31
5.1 Histórico de oferta da instituição	32
5.2 Análise da oferta de outras instituições atuantes na mesma região/município	33

APRESENTAÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei nº 9.394/96), possui papel estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do país. Visando a preparação do educando para o exercício de profissões técnicas, a EPT tem potencial para ampliação de oportunidades de inserção socioproductiva e para aumento da renda da população, além de contribuir para o crescimento da produtividade de diversas atividades econômicas. Uma oferta de cursos alinhada às demandas do setor produtivo e da população e articulada às políticas de geração de emprego e renda torna-se, assim, fundamental para que esse potencial se realize e, entre outros resultados desejados, a qualificação forme pessoas que sejam absorvidas e integradas ao mundo do trabalho.

Em 2019, no âmbito da repactuação dos saldos financeiros da iniciativa Bolsa-Formação, a Portaria MEC nº1720/2019¹ estabeleceu que as ofertas de vagas a serem executadas com tais recursos devem estar em consonância com as necessidades do setor produtivo local, devendo, assim, ser subsidiadas por um mapa de ofertas de vagas e demandas da região. No Guia de Orientações sobre a repactuação dos saldos, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) reforçou a necessidade de as propostas enviadas pelos parceiros ofertantes estarem embasadas em um mapa de oferta e demanda regionalizado. Ressaltou-se que o critério imprescindível para a aprovação da proposta de oferta de cursos é seu alinhamento às demandas de qualificação profissional locais.

Esse alinhamento, por sua vez, requer um importante esforço de identificação das demandas atuais e de compreensão das realidades locais. O planejamento da oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional necessita levar em conta, portanto, um conjunto de elementos, que vão desde a expertise acumulada da instituição ofertante ao reconhecimento das vocações econômicas de uma região, o que envolve, entre outras atividades, a coleta, o estudo e a análise de diversas informações.

¹Portaria MEC nº1720/2019: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.720-de-8-de-outubro-de-2019-220789607>

Dentre essas informações, destacam-se aquelas relacionadas ao mercado de trabalho e à produção econômica, uma vez que permitem que se conheçam as principais atividades do local ou região em que a oferta de cursos ocorrerá, assim como as vagas que mais vem absorvendo os trabalhadores. Dados sobre a renda e a escolaridade da população também são de suma importância para que se tenha um maior entendimento acerca do público-alvo das políticas de educação profissional. Além disso, é interessante conhecer a vocação produtiva da região, os investimentos em andamento, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores informais e os desejos e anseios da população em relação à sua formação e ao mercado de trabalho.

A presente cartilha² pretende orientar os gestores de instituições de EPT no levantamento e na análise de dados e informações relevantes para a construção de uma oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional baseada em evidências e em consonância com as demandas locais. Considerando que os métodos de identificação das demandas por qualificação dependem, entre outros fatores, da disponibilidade de informações e podem variar consideravelmente entre as regiões do país, esse documento sistematiza um amplo conjunto de ferramentas e fontes que podem auxiliar no mapeamento de demandas locais por qualificação profissional e na compreensão dos respectivos contextos socioeconômicos, de forma a subsidiar os gestores na tomada de decisão e na definição da oferta de cursos.

A cartilha está organizada em 5 seções que cobrem grandes conjuntos de ferramentas, a saber:

- 1.** Dados socioeconômicos e do mercado de trabalho formal.
- 2.** Dados e informações sobre o mercado de trabalho informal.
- 3.** Mecanismos de escuta dos principais atores da Educação Profissional e Tecnológica.
- 4.** Levantamento de investimentos previstos ou em andamento.
- 5.** Análise de ofertas anteriores em curso.

²Essa iniciativa vai ao encontro das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do Bolsa-Formação. A Ficha Síntese da Auditoria Operacional do TCU no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), de 30/11/2016, pode ser acessada em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-operacional-no-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-emprego-pronatec.htm>

1.



DADOS SOCIOECONÔMICOS E DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

A necessidade de alinhamento dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica à dinâmica do mercado de trabalho faz com que a análise e a interpretação de informações sobre o contexto socioeconômico da região/localidade sejam etapas fundamentais no processo de definição dos cursos, visto que fornecem importantes subsídios para a compreensão das demandas locais. Nesse sentido, essa seção da cartilha reúne uma gama de ferramentas e fontes de dados que podem auxiliar na análise de informações sobre o mercado de trabalho e a realidade socioeconômica local.

1.1 Mapas de demanda por qualificação profissional [MEC-SEDESE/MG]

Resultado da cooperação entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e a Subsecretaria de Trabalho e Emprego da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Subte/SEDESE-MG), os mapas de demanda por qualificação profissional buscam identificar os principais cursos técnicos e de qualificação profissional (FIC) que atendem às ocupações mais demandadas no mercado de trabalho formal brasileiro. Para tanto, foram estimadas as admissões esperadas para as ocupações atendidas por cada curso, a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e do Guia Pronatec de Cursos FIC. A metodologia inédita de identificação dos cursos mais demandados foi aplicada para todas as mesorregiões do país e os resultados podem ser acessados por meio de um painel interativo on-line e de relatórios específicos para cada Unidade da Federação (UF).

 **Painel de Demandas:** <http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/?pagina=painel-demandas>

1.2 Plataforma SmartLab

Resultado de uma iniciativa conjunta do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, a plataforma digital SmartLab compila uma série de dados e informações com potencial de qualificar a tomada de decisão em relação às políticas públicas de promoção do trabalho decente. Segundo seus organizadores, *"a plataforma é uma verdadeira base de conhecimento sobre déficits de trabalho decente e apresenta, de forma simples e intuitiva, informações para todas as localidades brasileiras"*. Entre as dimensões cobertas pela plataforma, estão o contexto econômico e social das localidades, a dinâmica do emprego formal, a taxa de formalização de suas populações, o número de jovens que não estudam e nem trabalham ("nem-nem"), a quantidade de empresas, entre outras.

 <https://smartlabbr.org/>

1.3 Portal Cidades@

O Cidades@ é um sistema agregador de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre os municípios e estados brasileiros. Nele, é possível analisar e comparar indicadores de diversos temas, como saúde, educação, gênero, trabalho e habitação, além de ter acesso a infográficos, mapas e outras pesquisas do IBGE, como o Censo Demográfico, as Pesquisas Anuais do Comércio, Serviços e Indústria, o Censo Agropecuário, entre outras.

<https://cidades.ibge.gov.br/>

1.4 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Assim como o Cidades@, o sítio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil reúne dados sobre todos os municípios brasileiros. É possível consultar um relatório dinâmico sobre a territorialidade de interesse, com informações sobre a estrutura etária da população, a adequação idade-série dos estudantes, a escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade, a evolução do percentual de pobres segundo o CadÚnico³, a situação ocupacional da população de 18 anos ou mais de idade, entre diversos outros indicadores que contribuem para uma compreensão mais apurada da realidade local, das características de sua população e de suas potenciais demandas por formação profissional.

<http://www.atlasbrasil.org.br/>

1.5 Estudos socioeconômicos de estados/municípios

Institutos de pesquisa e órgãos estatísticos estaduais/municipais são responsáveis pela produção de um grande volume de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas sobre suas respectivas regiões/localidades. Esse conhecimento é de extrema relevância para a formulação e avaliação de estratégias e políticas públicas e pode ser, portanto, um importante subsídio para o melhor entendimento das realidades locais e para o planejamento adequado da oferta de cursos. A seguir, são listados exemplos de pesquisas e estudos realizados por alguns desses órgãos e institutos, todos com resultados municipalizados.

³O Cadastro Único ou CadÚnico é uma base de dados que reúne informações sobre as famílias brasileiras de baixa renda e tem o objetivo de facilitar o acesso às políticas públicas. O sistema é gerido pelo Ministério da Cidadania e é porta de entrada para mais de 20 políticas públicas, entre as quais está o Bolsa Família.

Por se tratarem de publicações com um recorte estadual, as análises são mais aprofundadas do que as apresentadas no Portal Cidades@ e no Atlas Brasil. Seu conteúdo, no geral, é vasto e entre os temas abordados estão saúde, educação, emprego e renda, estrutura econômica e demografia. Recomenda-se que o gestor da entidade ofertante de educação profissional se aproprie dessas informações a fim de obter uma compreensão panorâmica do contexto no qual está inserido.⁴

- ▶ **Perfil Municipal** do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).
<https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal/>

- ▶ **Perfil Estatístico do Mato Grosso do Sul 2018** produzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul (SEMAGRO-MS).
<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Perfil-Estat%C3%ADstico-de-MS-2018.pdf>

- ▶ **Cadernos Municipais** do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).
<http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>

- ▶ **Perfil dos municípios paulistas** do Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP).
<https://perfil.seade.gov.br/>

- ▶ **Perfis Municipais** da Fundação João Pinheiro (FJP-MG).
<http://imrs.fjp.mg.gov.br/Perfil>

- ▶ **RS em números** do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul (DEE/SEPLAG-RS).
<https://dee.rs.gov.br/rsnumeros>

⁴Alguns dos exemplos apresentados nessa subseção foram identificados por meio das justificativas das propostas de cursos enviadas por parceiros ofertantes à Setec/MEC, no âmbito do processo de repactuação dos saldos do Bolsa-Formação, disciplinado pela Portaria MEC nº1720/2019.

1.6 Observatórios do Trabalho

Os serviços dos Observatórios do Trabalho são executados diretamente por órgãos públicos ou por meio de parcerias entre atores sociais do mundo do trabalho e diversos entes. Seu objetivo é produzir conhecimento sobre o mercado de trabalho local, a partir da consolidação de indicadores, estudos e informações e, com isso, subsidiar políticas públicas de trabalho, emprego e renda, as quais abrangem as ações de formação profissional. Os conteúdos, análises e propostas produzidos pelos Observatórios contribuem para a compreensão das realidades locais/regionais, especialmente, de suas questões econômicas e no tocante à inserção ocupacional e a renda dos trabalhadores. Abaixo, seguem exemplos de Observatórios em funcionamento:

BRASIL <http://obtrabalho.mte.gov.br/>

ESTADOS Bahia: <https://geo.dieese.org.br/bahia/index.php>

Ceará: <https://ceara.dieese.org.br/>

Paraná: <https://geo.dieese.org.br/parana/>

Rio de Janeiro: <https://geo.dieese.org.br/rio/>

Rio Grande do Norte: <https://geo.dieese.org.br/rn/>

MUNICÍPIOS Campinas: <https://geo.dieese.org.br/observatorioCampinas/index.html>

Curitiba: <https://curitiba.dieese.org.br/index.php>

Manaus: <https://geo.dieese.org.br/manaus/>

Maricá: <https://marica.dieese.org.br/>

Osasco: <https://geo.dieese.org.br/osasco/>

Porto Alegre: <https://geo.dieese.org.br/poa/>

Recife: <https://geo.dieese.org.br/recife/>

São Paulo: <https://saopaulo.dieese.org.br/>

Vale ressaltar a existência da Rede Observatórios do Trabalho (<http://redeot.colivre.net/>), iniciativa coordenada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério da Economia que busca articular esforços similares a nível nacional.

1.7 Produto Interno Bruto dos Municípios

Em parceria com os órgãos estaduais de estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o IBGE divulga estimativas do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios brasileiros. A última publicação é referente ao ano de 2018 e resultados segundo a mesma metodologia estão disponíveis desde 2002. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos (VAB)⁵ dos três grandes setores da atividade econômica (Indústria, Serviços e Agropecuária) e da Administração Pública e seguridade social; os impostos (líquidos de subsídios); o PIB e o PIB per capita de cada município. Destaca-se o VAB da Administração Pública devido à relevância desse segmento nas economias municipais.

Conforme já foi ressaltado na apresentação das ferramentas anteriores, indicadores municipais com informações econômicas e sociais se configuram em um importante instrumento para o planejamento de políticas públicas. Os dados padronizados e comparáveis a nível municipal a respeito da produção econômica permitem a identificação de áreas de geração de renda e das especificidades de cada local. Nesse sentido, explorar os resultados do PIB dos municípios pode auxiliar na compreensão do cenário local e na escolha de cursos, com a indicação das atividades econômicas mais relevantes, em termos de produção.

 **Bases de dados:** <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>

 **Mapa interativo PIB dos municípios:** <https://www.ibge.gov.br/apps/pibmunic/>

1.8 Arranjos Produtivos Locais

Arranjos Produtivos Locais (APLs) são sistemas localizados de agentes econômicos, políticos e sociais ligados a um mesmo setor ou atividade econômica, que possuem vínculos produtivos e institucionais entre si e se beneficiam com a aglomeração das empresas. A identificação e o maior conhecimento acerca dos APLs existentes em um território são fundamentais do ponto de vista de políticas de desenvolvimento local, as quais envolvem ações de capacitação profissional e treinamento técnico.

⁵ O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia.

Nesse sentido, recomenda-se que os gestores, quando possível, investiguem a existência de APLs em sua região de atuação, a fim de obterem mais subsídios a respeito das principais atividades econômicas desenvolvidas e de sua concentração no espaço. Essa investigação acerca dos APLs possibilita, inclusive, um contato mais direto com o setor produtivo que, por sua vez, pode validar e qualificar as demandas por formação profissional identificadas através de outras fontes.

A identificação dos arranjos produtivos locais de determinada região pode ser feita junto às pastas estaduais responsáveis pelo desenvolvimento econômico. Outra possibilidade para investigação sobre essas aglomerações é o sítio do Observatório Brasileiro de APL. Além de explicar o que são os APLs e sua relação com as políticas públicas, esse sítio traz uma lista (que pode ser baixada em formato de planilha) de APLs identificados em todo o país, com informações sobre o setor econômico em que atuam, o estado em que se localizam, seus municípios polo, entre outros dados.

 **Observatório Brasileiro de APL:** <http://www.observatorioapl.gov.br/>

1.9 Pesquisa Regiões de Influência das Cidades

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE, cuja última edição é de 2018, define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados. A caracterização da rede urbana brasileira permite compreender os fluxos de bens, serviços e gestão que ocorrem entre as cidades, devido a oferta diferenciada de bens e serviços que há entre elas. O conhecimento acerca dessas relações, portanto, configura-se em um importante instrumento para a realização de escolhas locais, tais como decidir a localização de uma escola, de um hospital ou de uma empresa. Acredita-se que, no contexto de definição de cursos de formação profissional, esse tipo de conhecimento também seja relevante, na medida em que permite compreender a concentração espacial de determinados tipos de serviços e, conseqüentemente, da necessidade de profissionais qualificados para sua realização.

 **Pesquisa REGIC 2018:** <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>

1.10 Estudos e pesquisas sobre setores econômicos específicos

As particularidades dos diversos setores econômicos devem ser consideradas quando da elaboração e implementação de políticas públicas. Para o planejamento das ações de formação profissional, torna-se fundamental a melhor compreensão das atividades desenvolvidas e daquelas com potencial de crescimento, dos profissionais demandados e das competências necessárias em determinados setores. Ainda que não respondam a todos esses pontos, os estudos listados nessa subseção buscam trazer mais informações a respeito de importantes setores da economia brasileira, de forma a auxiliar na definição de eixos tecnológicos e cursos que estejam alinhados à sua dinâmica e às suas demandas.



Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023

Elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Mapa do Trabalho Industrial traça um panorama da demanda por formação nos 26 Estados e no Distrito Federal. A partir de estimativas do comportamento da economia e de seus setores, foi projetado o impacto sobre o mercado de trabalho e estimada a demanda por formação profissional industrial.

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/especiais/conheca-o-mapa-do-trabalho-industrial-nos-estados/>

Formação Educacional e Empregabilidade em TIC

Essa publicação da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), de 2019, apresenta um conjunto de achados e recomendações a respeito da formação profissional na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Considerando o caráter estratégico desse setor para o desenvolvimento do país, compreende-se que o levantamento de demanda por profissionais realizado no estudo, assim como as recomendações em termos do volume de vagas a serem ofertadas em cursos da área e de capacitações e conteúdo para a formação técnica profissional, é um insumo importante para o planejamento de cursos no eixo de Informação e Comunicação.



<https://brasscom.org.br/estudo-brasscom-formacao-educacional-e-empregabilidade-em-tic-achados-e-recomendacoes/>



A Construção Civil e os trabalhadores: panorama dos anos recentes.

Elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2020, esse estudo traz as principais características do setor da Construção Civil, com informações sobre seu desempenho econômico nos últimos anos, o mercado de trabalho e um breve perfil dos trabalhadores. Considerando que a cadeia produtiva na qual se insere é grande e complexa, o setor da Construção Civil é tido como estratégico para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, um planejamento de cursos alinhado aos desafios e à dinâmica recente do setor torna-se fundamental. Destaca-se, nesse estudo, a informação sobre o saldo de emprego formal na Construção Civil, por segmento de atividade e Unidade da Federação, entre janeiro e dezembro de 2019, o qual fornece uma visão da demanda por mão de obra no setor, pelo país.

<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq95trabconstrucaocivil.pdf>

Segmento Comércio: desafios e tendências na formação de trabalhadores.



Através da aplicação de uma metodologia de escuta do mercado e da elaboração de um Mapa Funcional do Comércio, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) buscou obter informações mais aprofundadas sobre as funções e ocupações consideradas estratégicas para o segmento. Segundo o Senac, essas informações se configuram em insumos para a construção de itinerários formativos alinhados às expectativas do mercado, além de constituir um importante material para a elaboração de ações educacionais voltadas a esse setor econômico.

http://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2018/03/FS-Comercio_Sintese_bx.pdf



Mapa do Turismo Brasileiro

Apesar de não se tratar de um estudo sobre as características e potencialidades do setor turístico brasileiro, o Mapa do Turismo é um importante instrumento para orientação da atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. Instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, ele define os recortes territoriais a serem trabalhados prioritariamente pelo Ministério. Na última versão, de 2019, 2.964 municípios, divididos em 333 regiões turísticas, compõem o Mapa do Turismo. Os municípios são indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governança regional e essa informação pode auxiliar na identificação de municípios prioritários para ações de capacitação em áreas relacionadas à atividade turística.

http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapas.pdf

2.

DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

Os dados sobre o mercado de trabalho – como os registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) – e diversas estatísticas setoriais da economia brasileira são importantes fontes de informação para a definição de uma oferta de cursos de educação profissional alinhada às demandas dos setores produtivos e às vocações econômicas de cada região, conforme amplamente discutido na seção anterior. No entanto, tais informações retratam a economia formal do país e, por isso, uma das principais limitações do uso dessas ferramentas para o mapeamento de demandas por formação profissional é justamente a dificuldade em se captar as necessidades dos trabalhadores que exercem ocupações consideradas como informais ou ligadas ao empreendedorismo.



Segundo dados recentes do IBGE, os trabalhadores informais representam mais de 30% das pessoas ocupadas no país. Em alguns estados, no entanto, essa proporção ultrapassa os 50%. Nesse sentido, buscar compreender quem são esses trabalhadores, onde estão concentrados e quais atividades desempenham torna-se uma etapa fundamental para que o planejamento de cursos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica seja abrangente. Contudo, por conta da própria natureza da economia informal, há uma grande dificuldade em se obter dados e informações que permitam conhecer mais sobre a dinâmica e as características desse segmento.



Esta seção da cartilha busca, portanto, indicar algumas ferramentas, como anuários, pesquisas e bases de dados, que possam contribuir para o levantamento de informações sobre a economia informal e seus trabalhadores. É importante ressaltar que os materiais apresentados não esgotam todas as fontes de informação – as quais, inclusive, podem variar entre os estados e municípios brasileiros quanto ao tipo e volume de informações – mas, espera-se que esse compilado de conteúdos forneça aos gestores e gestoras algumas possibilidades para a compreensão de suas realidades locais no que diz respeito à informalidade.

2.1 Fontes de informação sobre os empreendedores brasileiros

O empreendedorismo é tratado, normalmente, como um fenômeno associado à criação de um negócio. No Brasil, nos últimos anos, algumas políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de estimular a formalização de tais negócios, com destaque para a Lei Complementar nº 128/2008, que cria a figura do microempreendedor individual (MEI). Estudos recentes verificaram que o programa MEI levou a um aumento da formalização dos trabalhadores por conta própria, ou seja, de trabalhadores autônomos que vinham atuando informalmente.⁶ Nesse contexto, dados sobre os empreendedores do país, em particular sobre os microempreendedores, podem funcionar como uma *proxy* (ou aproximação) da economia informal. A seguir são listadas algumas fontes de informação sobre os empreendedores no Brasil.

► DataSebrae Indicadores

Elaborada e gerida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a plataforma possibilita o acesso rápido a uma gama de indicadores econômicos e sociais, com destaque para a aba específica sobre os empreendedores. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua),⁷ são apresentados gráficos com a distribuição dos empreendedores por idade, sexo, nível de instrução, setor econômico, entre outras variáveis. Os números podem ser consultados para cada Unidade da Federação.

🔗 <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#>

► Anuário do Trabalho dos Pequenos Negócios

Considerando a importância das micro e pequenas empresas na estrutura econômica brasileira e para os empregos, esta publicação, resultado de parceria entre o SEBRAE e o DIEESE, busca produzir, organizar e disponibilizar um conjunto de dados sobre o perfil e a dinâmica dos pequenos negócios no país.

🔗 Anuário 9ª edição (2016):

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anu%C3%A1rio%20do%20Trabalho%20nos%20Pequenos%20Neg%C3%B3cios%202016%20VF.pdf>

⁶ NOGUEIRA, M. O. A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para discussão, n. 2221). ROCHA, Rudi; ULYSSEA, Gabriel Lopes; RACHTER, Laísa. Increasing tax compliance of small firms: evidences from Brazil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 35., 2013, Foz do Iguaçu, Paraná. Anais... Rio de Janeiro: SBE, 2013.

⁷ Na subseção 2.5, a PNAD Contínua será apresentada de forma mais detalhada.

► Relatório Especial: O empreendedorismo e o mercado de trabalho.

Essa publicação, também elaborada pelo SEBRAE, tem como objetivo identificar o impacto do empreendedorismo, protagonizado pelos pequenos negócios, na geração de emprego no Brasil. Apesar de não apresentar dados tão desagregados como o Anuário do Trabalho, o relatório dá um panorama interessante da participação das micro e pequenas empresas na economia nacional e indica que a maximização desses negócios na geração de postos de trabalho passa por uma combinação de fatores, entre os quais está o aumento da qualidade média dos empreendedores, o que envolve aumento do seu nível de escolaridade, aumento do nível de preparo e capacitações.

🔗 Relatório Especial (2017):

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/\\$File/7737.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/$File/7737.pdf)

2.2 Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019

A publicação elaborada pelo Sistema de Organização das Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB) contém um amplo diagnóstico das cooperativas brasileiras no ano de 2019. São apresentados dados sociais e econômico-financeiros coletados pelas unidades estaduais da OCB. Destaca-se o número de cooperativas, cooperados e empregados por Unidade da Federação, assim como a análise por ramo de atividade.

🔗 <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>.

2.3 Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo

O sítio do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC), mantido pelo DIEESE, apresenta um conjunto de informações sobre as necessidades, potencialidades e desafios da economia solidária e do cooperativismo no Brasil⁸. Destaca-se a área do portal reservada para conhecer as localidades onde os empreendimentos da economia solidária se encontram, denominada Perfis dos Territórios,

⁸ Importante ressaltar que o projeto do ONESC foi iniciado em 2015 e tinha perspectiva de desenvolvimento até 2019. As informações contidas no sítio apresentam, portanto, defasagem, mas seguem sendo relevantes, uma vez que a produção de dados sobre a economia solidária no país ainda é escassa.

que oferece ao usuário um perfil social e econômico bastante sintético da área que se deseja estudar.

<https://ecosol.dieese.org.br/index.php>

Também é válido destacar dois estudos, da série Cadernos de Debate, produzidos no âmbito do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo:

Informalidade da Economia Solidária (2016)

<https://www.dieese.org.br/livro/2015/caderno01InformalidadeEconomiaSolidaria.pdf>

A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal liderados por mulheres (2017)

<https://www.dieese.org.br/livro/2017/economiaSolidaria2.pdf>

2.4 PNAD Contínua e PNAD Covid

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) é realizada pelo IBGE e tem como objetivo a produção contínua de informações sobre o mercado de trabalho, associadas a características demográficas e educacionais da população brasileira. A pesquisa fornece informações mensais para um conjunto restrito de indicadores relativos à força de trabalho, trimestral para os indicadores de força de trabalho, anual para temas permanentes e adicionais sobre força e trabalho e variável para temas suplementares. As informações mensais são representativas apenas em nível nacional e as demais têm representatividade para os níveis geográficos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Os indicadores produzidos a partir da PNAD Contínua fornecem um importante panorama sobre a taxa de informalidade da população, a categoria do emprego das pessoas ocupadas, a distribuição dos trabalhadores por grupamentos ocupacionais e de atividades, etc.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>

Em 2020, no contexto da pandemia da COVID-19, o IBGE elaborou uma nova pesquisa, a PNAD COVID-19, com entrevistas realizadas pelo telefone, a fim de estimar o número de pessoas com sintomas associados à síndrome gripal, assim como monitorar os impactos da crise sanitária e social sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Nas questões de trabalho, busca-se classificar a população em idade de trabalhar nas seguintes categorias: ocupados, desocupados e pessoas fora da força de trabalho. Investiga-se, ainda, os seguintes aspectos: ocupação e atividade; afastamento do trabalho e o motivo do afastamento; exercício de trabalho remoto; busca por trabalho; motivo por não ter procurado trabalho; horas semanais efetivamente e habitualmente trabalhadas; assim como o rendimento efetivo e habitual do trabalho.

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19

2.5 Informações sobre atividades agropecuárias

A agropecuária é um importante pilar da economia brasileira e, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar concentra 67% do pessoal ocupado nesse setor no país. Além disso, a informalidade é um traço bastante característico das relações de trabalho na agricultura familiar, marcada pelo trabalho temporário, pelas relações de parceria e pelos laços de parentesco. Considerando, portanto, a importância dessa atividade para grande parte dos municípios brasileiros e sua capacidade de geração de empregos e renda local, é interessante que os gestores das instituições ofertantes de educação profissional considerem algumas informações sobre a produção agropecuária dos municípios em seu planejamento de oferta de cursos. Informações sobre a produção podem ser uma forma de compreender os principais cultivos e atividades aos quais os trabalhadores desse setor, formais e informais, se dedicam e, conseqüentemente, ter alguma indicação de qualificações e capacitações necessárias para esse público. A seguir, são listadas algumas pesquisas do IBGE que reúnem informações sobre o setor agropecuário brasileiro. Com exceção do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), todas as pesquisas apresentam resultados municipalizados.

➤ Pesquisa Agrícola Municipal (PAM):

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e>

- **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM):**
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e>

- **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA):**
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=o-que-e>

- **Pesquisa de Estoques:**
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9199-pesquisa-de-estoques.html?=&t=o-que-e>

- **Censo Agropecuário:**
<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>

2.6 Economia Informal: um estudo na região Noroeste Fluminense.

Elaborada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE/RJ), esta publicação, de 2017, traça um diagnóstico da economia informal na região Noroeste Fluminense e pode servir de referencial para elaborações em outros contextos.

 [https://bibliotecas.di.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d6e5a820e9a372c1b7ae3c29327da51e/\\$File/7736.pdf](https://bibliotecas.di.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d6e5a820e9a372c1b7ae3c29327da51e/$File/7736.pdf).

3.



MECANISMOS DE ESCUTA DOS PRINCIPAIS ATORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA

A análise de dados secundários fornece importantes evidências e subsídios para a tomada de decisão quanto aos cursos de Educação Profissional e Tecnológica a serem ofertados. No entanto, essas fontes de informações não conseguem captar todas as nuances da demanda por qualificação profissional de uma determinada região/localidade. De fato, as opiniões e demandas da população quanto à atuação no mercado de trabalho, as percepções de alunos e gestores quanto aos problemas e gargalos da educação profissional, assim como as reais demandas dos empregadores por profissionais só podem ser mais bem delineadas por meio de pesquisas qualitativas, metodologias de escuta e grupos de discussão. Nesse sentido, essa seção traz algumas iniciativas de escuta e diálogo entre os atores da educação profissional, que foram identificadas como boas práticas do processo de repactuação dos saldos do Bolsa-Formação disciplinado pela Portaria MEC nº1720/2019. Espera-se que tais exemplos de mecanismos de escuta possam servir de referência e inspiração aos gestores para a adoção de abordagens semelhantes no planejamento da oferta de cursos.

3.1 Realização de visitas e reuniões com gestores

A Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul (SED/MS) realizou visitas e reuniões com os prefeitos, secretários municipais de educação, secretários municipais de desenvolvimento econômico, coordenadores regionais de educação, diretores dos centros de educação profissional e representantes da Secretaria de Estado de Educação a fim de planejar sua oferta de cursos de educação profissional. A interlocução entre os atores foi norteada por um conjunto de questionamentos, que podem auxiliar gestores de outras instituições ofertantes a planejar uma estratégia de levantamento de demandas por formação profissional qualitativa em suas respectivas regiões/localidades:

- a. Quais as demandas de emprego de nível técnico detectadas na região?
- b. Qual a saturação de mão de obra de nível técnico na região?
- c. Quais os investimentos (setor produtivo) nos últimos 3 anos e quais as perspectivas de investimentos futuros?
- d. Qual o impacto, em oferta de empregos, resultante desses investimentos?
- e. Qual a estrutura oferecida pelo Centro de Educação Profissional?
- f. Quais os cursos já oferecidos e suas taxas de eficiência?
- g. Quais os motivos da evasão?
- h. Quais os parceiros existentes na região para a execução dos cursos?
- i. Quais os cursos solicitados pelo público-alvo e em que turno?
- j. Quais os cursos sugeridos pelos coordenadores e diretores? Em que turno?
- k. Existência de profissionais para atuarem nos cursos sugeridos.

3.2 Pesquisa direta com os municípios

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Mato Grosso (SECITECI/MT) enviou aos municípios do estado orientações para o levantamento de demanda por cursos técnicos. Dentre os procedimentos, constavam a realização de audiência pública ou aplicação de questionário e análise prévia de algumas condições locais para a oferta dos cursos, tais como a infraestrutura disponível, as possibilidades de parcerias, a existência de campos de estágio e de docentes para atuação nos cursos e, principalmente, a capacidade do mercado de trabalho em absorver os profissionais em formação.

A SECITECI/MT forneceu assessoria e orientação aos municípios nesse processo e, posteriormente, recebeu e organizou as informações levantadas, que subsidiaram o planejamento de oferta de cursos técnicos.

3.3 Escuta dos estudantes

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) realizou um levantamento qualitativo com os estudantes do novo ensino médio, a fim de captar suas demandas e opiniões em relação às profissões. A escuta dos estudantes é uma estratégia importante para ampliar o conhecimento sobre as características e demandas desse público e incorporar seu ponto de vista no planejamento dos cursos, haja vista que esse grupo populacional forma parte considerável do público-alvo das ações de educação profissional.

Além disso, a SED/SC considerou demandas informadas pelas Coordenadorias Regionais de Educação do estado, captadas através do Movimento Santa Catarina pela Educação, no processo de planejamento da oferta de cursos para a repactuação dos saldos do Bolsa-Formação.

O Movimento Santa Catarina pela Educação é liderado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e reúne representantes dos setores econômicos, dos sindicatos patronais e laborais, dos setores educacionais e da sociedade civil. Entre seus objetivos, estão a mobilização e a articulação dos setores econômicos e do poder público para a melhoria da escolaridade, da qualificação profissional e da qualidade do ensino em Santa Catarina. A iniciativa é um exemplo de como os diversos atores da Educação Profissional e Tecnológica podem se articular para a construção de uma agenda comum.

<http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/>

3.4 Pesquisas qualitativas com grupos focais

A Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC/PI) baseou sua proposta de oferta de cursos, no âmbito da repactuação dos saldos do Bolsa-Formação, em um Plano Estratégico e Operacional de Expansão da Educação Técnica de nível médio da rede estadual. Para a construção de tal plano e visando a compreensão das características estruturais da oferta de cursos de educação profissional no estado, foram realizadas pesquisas exploratórias por meio de grupos focais presenciais e via web com diversos atores, incluindo alunos, empresários, professores, diretores de escolas, entre outros, que permitiram identificar os principais problemas e gargalos da oferta.

O que é o grupo focal?

O grupo focal é um método de pesquisa qualitativa que reúne participantes em uma entrevista, na qual são expostas opiniões e coletados dados sobre determinado tema, produto, serviço ou prática. Ele costuma reunir de 5 a 10 pessoas, conta com um moderador/pesquisador que orienta a discussão e tem uma duração típica de uma hora e meia. A essência e riqueza do grupo focal consiste justamente na interação entre os participantes, que podem ouvir as opiniões dos outros antes de formar as próprias, podem mudar de posição ou fundamentar melhor uma posição inicial.

Pelo baixo custo para sua realização e pela rapidez com que fornece dados e resultados, o grupo focal torna-se uma metodologia bastante interessante para investigações e levantamentos mais aprofundados a respeito da Educação Profissional e Tecnológica. O uso do grupo focal no planejamento de ações de formação profissional pode servir como forma de aproximação e integração entre os diferentes atores envolvidos na temática, além de ampliar o número de iniciativas embasadas na percepção e nos interesses dos públicos-alvo.



4.



LEVANTAMENTO DE INVESTIMENTOS PREVISTOS OU EM ANDAMENTO

Nas seções anteriores, buscou-se apresentar ferramentas que auxiliem na identificação das qualificações profissionais mais demandadas pelos diferentes setores econômicos. Os dados sobre as movimentações no mercado de trabalho, por exemplo, indicam atividades e ocupações com maior volume de contratações, o que, por sua vez, pode indicar o tipo de profissional que está sendo mais demandado. Os estudos sobre setores específicos trazem informações mais detalhadas a respeito de ocupações consideradas estratégicas e de competências e habilidades demandadas pelos setores produtivos. Outra forma de identificar setores prioritários em termos de ações de formação profissional é o levantamento e a análise de investimentos na região ou localidade em questão.

Essa seção pretende, portanto, apresentar algumas fontes de informações para o levantamento de investimentos previstos ou em andamento, que se constitui em uma importante ferramenta para sinalização da dinâmica da economia, assim como de setores mais atrativos e em expansão.

4.1 Rede Nacional de Informações sobre o Investimento

Por meio da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai), o Governo Federal divulga informações sobre investimentos produtivos no Brasil. Os relatórios e o Dashboard, atualizados até maio de 2020, contém importantes informações sobre os investimentos anunciados entre 2004 e 2020, como os valores por atividade econômica, empresa, município e Unidade Federativa. Os dados fornecem uma visão do histórico recente de investimentos em determinado estado ou município, o que pode indicar atividades e setores econômicos mais dinâmicos. Essas informações complementam a análise do contexto econômico e do mercado de trabalho e se configuram em mais um insumo para o processo de definição de cursos de educação profissional.

🔗 **Dashboard:** <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjZmYzFmMTgtZDk4MS00NzAzLWJiYTUyNmM3ODE1NDQ2M2RiIiwidCI6ImNmODdjOTA4LTRhNjUtNGRlZS05MmM3LTExZWE2MmTVjNjMyZSIsImMiOiR9>

🔗 **Página oficial Renai:** <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias/111-competitividade-industrial/3129-relatorio-de-anuncios-de-investimentos-2>

4.2 Informações sobre licenciamentos ambientais

O licenciamento ambiental é uma exigência legal a que estão sujeitos todos os empreendimentos ou atividades que utilizam recursos naturais ou que possam provocar algum tipo de poluição ou degradação ao meio ambiente. É um procedimento administrativo por meio do qual se autoriza a localização, instalação, ampliação e operação desses empreendimentos. Nesse sentido, se configura também em uma fonte de informação sobre os potenciais investimentos em uma região.

Na esfera federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é o responsável pelo licenciamento de atividades desenvolvidas em mais de um estado e daquelas cujos impactos ambientais ultrapassem os limites territoriais de uma Unidade da Federação. O IBAMA dispõe de um sistema de gestão dos processos de licenciamento ambiental, o Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal (SisG-LAF), por meio do qual é possível realizar consultas sobre os empreendimentos licenciados.

Os argumentos de pesquisa disponíveis no sítio do SisG-LAF são: número do processo de licenciamento; nome do empreendedor; nome do empreendimento; tipologia; estado; nome do município; licença emitida; número/ano da licença; nome do rio.

Página do SisG-LAF:

 <http://www.ibama.gov.br/laf>

A Lei Federal nº 6.938/81 atribuiu aos estados a competência de licenciar as atividades localizadas em seus limites territoriais. Logo, se não forem encontrados resultados sobre licenciamentos em determinada região/localidade no sítio do SisG-LAF, é importante considerar a possibilidade de os empreendimentos dessa localidade estarem sendo licenciados por órgãos estaduais ou municipais. Por isso, essas instituições também podem ser acessadas a fim de se obter informações sobre processos de licenciamento ambiental.

A título de exemplo, são listadas algumas páginas de órgãos ambientais estaduais, onde esse tipo de informação pode ser buscada:

- **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB**
<https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/>
- **Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - INEA**
<http://www.inea.rj.gov.br/inea-licenciamento-pos-licenca-e-fiscalizacao/>
- **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais - SEMAD/MG**
Sistema Integrado de Informação Ambiental - SIAM
<http://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/index.jsp>
- **Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco - CPRH**
http://www.cprh.pe.gov.br/novo_portal/consultas/consultar_licenca_ambiental/41822%3B59175%3B530107%3B0%3B0.asp
- **Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA**
<https://consultas.ima.sc.gov.br/consulta/consultar>

4.3 Informações sobre Protocolos de Intenções

Outra forma de mapear potenciais investimentos em uma região/município é a consulta a Protocolos de Intenções assinados. Conceitualmente, um Protocolo de Intenções é um instrumento preparatório que formaliza um compromisso futuro das partes e contempla as intenções almejadas no âmbito da cooperação pactuada. No que diz respeito à realização de investimentos, o Protocolo de Intenções se configura no meio através do qual empresas, governos e agências de investimento assumem compromissos a fim de viabilizarem os investimentos.

Nesse sentido, esses documentos são uma fonte de informação sobre investimentos previstos e, assim como os licenciamentos ambientais apresentados na subseção anterior, podem contribuir para a compreensão do ambiente econômico, bem como para a identificação de setores e atividades econômicas com potencial de absorção da mão de obra local. No geral, da assinatura desses protocolos, tem-se a estimativa do valor dos investimentos e do número de empregos, diretos e indiretos, que poderão ser gerados.

A atração e prospecção de empresas e investimentos para os estados fica a cargo de suas unidades responsáveis pelo desenvolvimento econômico, indústria ou pastas correlatas. Em alguns casos, existem agências de promoção de investimentos, que concentram essa articulação com entes públicos e privados e assessoram empresas que pretendem investir nos respectivos estados. As informações sobre Protocolos de Intenções podem ser obtidas junto a essas pastas.

Exemplos de agências de investimentos:

- **Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - ApexBrasil**
<https://portal.apexbrasil.com.br/>
- **Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - INDI**
<https://www.indi.mg.gov.br/>
- **Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade - INVESTSP**
<https://www.investe.sp.gov.br/>
- **Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE**
<http://investeceara.adece.ce.gov.br/>

5.



ANÁLISE DE OFERTAS ANTERIORES EM CURSO

A análise do histórico de ofertas se configura em uma importante ferramenta para o planejamento de cursos de educação profissional, uma vez que as informações a respeito das ofertas de anos anteriores permitem que se identifique os cursos e a quantidade de turmas ofertadas e se calcule alguns indicadores importantes, como as taxas de conclusão e evasão de cada curso.

A presente seção busca apresentar possíveis interpretações e análises das informações contidas no próprio histórico da instituição, além de ressaltar a importância de se considerar a oferta de outros atores locais, a fim de evitar sobreposições das atuações.

5.1 Histórico de oferta da instituição

As taxas de conclusão e evasão dos cursos são importantes indicadores a serem considerados no processo de planejamento da oferta de educação profissional, uma vez que tais variáveis podem apontar se determinado curso terá ou não boa adesão pelo público da respectiva região/localidade. A seguir, são apresentados exemplos do uso de informações do histórico da própria instituição, como as taxas de evasão e conclusão dos cursos, para o planejamento da oferta⁹:

- ▶ **A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC/RJ)** priorizou em sua proposta os cursos com as menores taxas de evasão nas últimas ofertas.
- ▶ **A Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE)** levou em consideração sua expertise acumulada e optou por cursos que, além de estarem alinhados com o contexto socioeconômico dos municípios, tiveram altas taxas de conclusão em 2016, 2017 e 2018.
- ▶ Outro exemplo de uso de indicadores da própria instituição para análise da demanda por cursos é a avaliação da relação candidatos/vaga nos processos seletivos, como feito pelo **Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza (CEPHAS)**, de São José dos Campos. O CEPHAS ilustrou a procura do público por determinados cursos técnicos por meio da relação entre o número de inscritos no Vestibulinho (processo seletivo da instituição) e o número de vagas a serem ofertadas.

As baixas taxas de evasão de um curso, durante alguns anos de oferta, também indicam que um número considerável de pessoas se formou e adquiriu tal qualificação. Nesse sentido, é importante considerar que, caso a demanda por esse tipo de profissional não esteja aquecida no mercado local, a manutenção da oferta desse curso deve ser criteriosamente avaliada, uma vez que, mesmo com a baixa evasão, o curso não necessariamente segue aderente à dinâmica do mercado de trabalho. Por isso, sempre que possível, é interessante que os gestores também analisem a empregabilidade dos egressos dos cursos já ofertados pela instituição, a fim de avaliar a capacidade do mercado de trabalho local de absorver esses profissionais.

⁹ Os casos apresentados se referem a boas práticas do processo de repactuação dos saldos do Bolsa-Formação, disciplinado pela Portaria MEC nº 1720/2019.

Dados e informações a respeito das ofertas anteriores podem ser obtidos diretamente pelas ofertantes de educação profissional no **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)**: <https://sistec.mec.gov.br/>

Além disso, os **registros administrativos** de cada instituição são fonte primordial para o monitoramento e avaliação das ações e cursos realizados.

5.2 Análise da oferta de outras instituições atuantes na mesma região/município

Além da análise mais aprofundada do histórico de ofertas da própria instituição, outra ferramenta importante e necessária para a construção de uma oferta ajustada à realidade local se baseia na avaliação da atuação de outras instituições que atendem o mesmo território. Essa avaliação é importante pois pode evitar atuações sobrepostas.

De maneira mais detalhada, considerar os cursos ofertados por instituições da mesma região/município permite que se evitem sobreposições ou competições entre as instituições. Isso porque se existe mais de uma ofertante de educação profissional em determinada região/localidade e suas ofertas são muito semelhantes, poderá ocorrer a saturação da oferta de um mesmo curso ou os cursos ofertados poderão estar voltados apenas para um tipo de público.

Nesse sentido, é recomendável que as instituições levem em consideração a oferta de cursos em sua região de atuação como um todo, analisando os cursos ofertados por outros atores locais, sejam eles da esfera pública (municipal, estadual ou federal) ou privada, de forma que haja maior diversidade de cursos na região e que um maior número de públicos possa ser atendido.

Para tanto, uma boa fonte pública de informações é o **Censo Escolar**, que abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional: ensino regular (infantil, fundamental e médio); educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional). A partir dos dados do Censo Escolar, é possível identificar o número de matrículas registradas no ano do censo por curso, instituição ofertante, município, Unidade Federativa, entre outras variáveis.

Mais informações sobre o Censo Escolar podem ser obtidas na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP):

[🔗 http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar](http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar)

Os **microdados** do Censo Escolar também estão disponíveis no sítio do INEP: [🔗 http://portal.inep.gov.br/microdados](http://portal.inep.gov.br/microdados)

Finalmente, a **Plataforma Nilo Peçanha** (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação de estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e seus dados também podem auxiliar nesse processo de análise de ofertas de instituições e atores de uma mesma região/localidade:

[🔗 http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/](http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/)

DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL